

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAIS INTEGRADOS
(1ª SÉRIE)

2º TERMO DE REFERÊNCIA



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

1800200

409815 2075

11
I59 P

5551/82

2. TR



PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAIS INTEGRADOS

(1ª SÉRIE)

2º TERMO DE REFERÊNCIA

MAIO/82



ÍNDICE

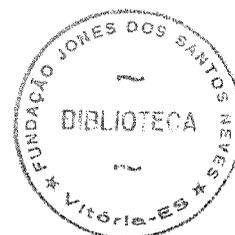
PÁGINA

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	4
2. AS POLÍTICAS DO ESTADO E A ECONOMIA CAPIXABA	8
3. O PROBLEMA DA INTERVENÇÃO DESCOORDENADA E DO PLANEJAMENTO ...	12
4. PROPOSTA GERAL DE TRABALHO	14
4.1. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTE GRADOS	14
4.2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	15
4.2.1. Linhas gerais do marco teórico para abordagem da Região-Programa	15
4.2.2. Roteiro das fases de elaboração do PDRI	20
4.3. SUBPROGRAMAS	21
5. PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO	24
5.1. REGIÃO-PROGRAMA LINHARES	24
REGIÕES-PROGRAMAS COLATINA, NOVA VENÉCIA	24
5.2. REGIÃO-PROGRAMA VITÓRIA - <i>A Estrutura Produtiva do Esta do do Espírito Santo e suas Principais Tendências para os anos 80</i>	35
<i>Programas Estaduais de Desenvolvimento Integrado (PEDI).</i>	35

ANEXO:

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO AO ESCRITÓRIO-LOCAL DA EMATER
MAPA DO ESPÍRITO SANTO COM A DIVISÃO REGIONAL



APRESENTAÇÃO

Durante a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI) da Região-Programa V, deparou-se com a necessidade de aprofundar a análise dos pressupostos teóricos inicialmente formulados (vide PDRI's, Termo de Referência - maio 81), detalhando cada um de seus eixos norteadores e pensando nas formas viáveis de instrumentalização dos mesmos, conforme discriminação do cronograma de trabalho.

As tarefas de redefinição metodológica, sua instrumentalização e a remontagem de uma equipe que com ela se afinasse conformaram o pilar central de uma proposta global de trabalho para a efetiva implantação de um processo contínuo de planejamento regional no Espírito Santo. Assim, a nova proposta desenvolvida para a experiência piloto PDRI da Região-Programa V (Cachoeiro de Itapemirim), face ao ajuste e aprimoramento requerido em diversos momentos, redundou num atraso não previsto no cronograma inicial.

De qualquer forma, pode-se dizer que todos os problemas referentes à nova metodologia e à remontagem da equipe técnica já estão resolvidos, fazendo prever um desenrolar mais rápido para os próximos trabalhos, para os quais procura-se esboçar uma estratégia que contemple as demais regiões programadas.

Esta estratégia não se limita a tomar as regiões programadas isoladamente; pelo contrário, procura tratá-las segundo uma perspectiva que as envolva numa ótica de trabalho que, inclusive, possa levar a economias de planejamento. Tal ótica é a seguinte:

- a) Linhares - seria a próxima região de estudo por apresentar uma estrutura produtiva sem similar no estado, onde sobressai a monocultura de grandes estabelecimentos vinculada a grandes projetos agroindustriais,

cuja determinação é dada, fundamentalmente, por fatores exógenos à região e ao estado.

- b) Colatina e Nova Venécia - Seriam trabalhadas conjuntamente, por conformarem um espaço econômico contínuo, e paralelamente a de Linhares, fruto da ampliação da *capacidade de respostas* adquirida pela equipe, resultando relativamente, em menos tempo de trabalho e, consequentemente, numa das facetas da *economia de planejamento*.
- c) Grande Vitória - O último trabalho trataria da Região-Programa da Aglomeração da Grande Vitória. Por se constituir no grande centro polarizador de todo o Estado e de duas diferentes regiões, o trabalho não se ateria ao PDRI. Após o seu término, partiria-se para o estudo convergente de todas as regiões-programas, a fim de propiciar o estabelecimento de uma regionalização econômica estadual, a formulação de políticas estaduais e outros pontos a serem discutidos.

De uma forma geral, este documento começa com uma avaliação crítica das experiências anteriores de planejamento regional, abordando as políticas de estado e seus reflexos na organização da produção agrícola capixaba, passando pela questão da relativa descoordenação existente entre os órgãos responsáveis pela implementação das políticas, até chegar à explicação da referida ótica proposta.

Na última parte procura-se detalhar as propostas específicas atinentes a ótica preconizada, que, dentre outros aspectos, leva subjacente a necessidade de reformulação do Convênio GERES/IJSN acerca dos PDRI's.

Cada proposta aparece acompanhada de listagem da equipe e despesas a serem efetuadas, um cronograma de trabalho e um cronograma físico-financeiro, procurando adequá-los a conjuntura político-eleitoral que se avizinha.

Uma ação planejada é uma ação não improvisada. E como são muitos os agentes que compõem o elenco dos executores da atividade concreta, mesmo que estes estejam todos interessados ou pelo menos comprometidos com a realização de objetivos comuns, parece óbvio que a improvisação de todos e de cada um, só levará à realização do pretendido, se houver interferência de algum *poeder sobrenatural*. Mesmo havendo uma direção única, se esta for improvisada sempre, a confusão se generaliza.

A necessidade de compatibilizar um conjunto diversificado de ações, de maneira a que os resultados se combinem levando à realização do objetivo comum, ou mesmo, a necessidade de superar a anarquia de um conjunto de atividades distoantes o que leva à perda de energia e mesmo aos caos completos - é que justificou o surgimento do planejamento na administração pública.

Um outro argumento forte contra a improvisação é a eterna escassez de recursos. Esta obriga a usar meios de que se dispõe da maneira mais econômica possível, e de retorno social, com o maior rendimento possível; ou melhor, quando se tem mais objetivos do que meios para atingi-los, se faz necessário definir quais são os objetivos prioritários, quais deles tem mesmo que ser atingidos e quais podem ser deixados para um outro momento ou ainda, quais são os objetivos que se atingidos ajudarão a atingir os demais.

O planejamento pressupõe pois um conhecimento do que se pretende planejar (objeto), de para que planejar (objetivos) e de como se atingir os objetivos (meios); pressupõe também a inseparabilidade do planejamento da ação e da execução da ação. O planejamento tem que estar a serviço dos que executam a ação.

É um processo de preparar bem cada ação, organizar adequadamente um conjunto de ações interdependentes, acompanhar com o mesmo cuidado a realização de cada ação e tirar lições do ocorrido. A revisão e crítica das ações terminadas se funde com a preparação de novas ações que serão por sua vez acompanhadas, revistas e assim por diante.

O planejamento é sempre relativo a uma determinada ação que se pretende realizar em um contexto também determinado. É preciso então ter sempre presente a que nível se pode planejar as ações.

Ninguém mais pode negar que o planejamento do estado nas regiões mais pobres, na habitação, nos transportes, na produção de energia, na educação, na agricultura é útil para criar novas oportunidades de negócios, dinamizar a atividade econômica, abrir frentes de investimentos. Mas por outro lado não se pode pretender submeter toda a atividade econômica da sociedade a um plano e nem pretender que tudo resulte diretamente da ação do Governo. Aqui surgem as dificuldades maiores, pois é muito difícil planejar o desenvolvimento podendo responder somente por uma parte das decisões, quase sempre somente aquelas auxiliares, e ainda sendo controlado pelo conjunto diversificado de interesses privados, que são efetivamente os que decidem e determinam o rumo das atividades produtivas.

O planejamento governamental surge então como uma forma de programar para racionalizar o uso dos recursos controlados pelo estado, dar-lhes rentabilidade máxima em termos sociais (geração de renda, emprego, e benefícios outros) e garantir a realização de alguns objetivos centrais.

A presente proposta pretende delinear procedimentos básicos para o planejamento das ações do Governo do Estado no âmbito de suas atribuições. Ora o Estado atua em diferentes níveis através de grande número de órgãos setoriais: desde as prefeituras até as empresas de economia mista e bancos de desenvolvimento, passando pelas secretarias de Estado. Todos tem suas programações em andamento mais ou menos desintegradas uma em relação às outras. Se colocam então os problemas:

- Como elaborar planos ao mesmo tempo em que se vão tomando as reais decisões em diversos setores sem buscar as suas compatibilizações?
- Como planejar, se cada um dos organismos funcionam com programação independentes e não abrem mão de sua autonomia relativa?

A resposta a estas questões passa pelo entendimento das ações, e políticas levadas a efeito pelo Estado, nos últimos tempos, na região que compreende o Espírito Santo, bem como, pelas suas consequências sobre o processo recente de intensas transformações sócio-econômicas em que esteve a realidade local (item 2).

Passa também pela análise das demandas por infra-estrutura sociais e econômicas por parte das diferentes regiões e municípios e enfim pela análise das atribuições, e condições dos organismos coordenadores do sistema estadual de planejamento no caso a COPLAN e seus órgãos de apoio, em especial o IJSN.

A Coordenação Estadual de Planejamento visa dotar o executivo do Estado de um planejamento integrado em todas as suas atribuições. O Instituto Jones dos Santos Neves é o seu órgão de apoio na formulação de programas, planos, estudos e sistematização de dados. Como são muitos os objetivos não se pode esperar a realização de todos de uma vez. Por outro lado, o processo de centralização de recursos fiscais no âmbito do governo federal acentuou o empobrecimento dos governos municipais e principalmente estaduais, o que exige que se realize um esforço sobre-humano de planejar a aplicação dos poucos recursos existentes, mesmo não existindo a institucionalização do planejamento e uma experiência acumulada capaz de resolver os problemas satisfatoriamente. Os recursos orçamentários do Estado e das Prefeituras, além de serem insuficientes para atenderem os reclames, fogem no momento, em quase sua totalidade, à possibilidade de obedecerem a uma programação integrada, agravada pela emergência das soluções requeridas. Resulta daí que a obtenção de recursos federais para programas e projetos assume importância na administração estadual. É

exatamente o planejamento para aplicação desses recursos que oferece a oportunidade de introdução do processo de planejamento integrado na administração estadual uma vez que alguns destes recursos são repassados e controlados pela COPLAN.

As questões que se colocam são então:

- 1) Como obter e programar recursos federais para o Espírito Santo, através de Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados?
- 2) Como, através dessa programação, induzir a integração dos programas orçamentários do estado e das prefeituras a partir da consideração dos investimentos em execução ou com fontes de recursos já assegurados?
- 3) Como garantir a participação dos interesses locais na programação da aplicação dos recursos?

2. AS POLÍTICAS DO ESTADO E A ECONOMIA CAPIXABA

Nos últimos quinze anos a economia capixaba experimentou um processo acelerado de transformações. Interessa-nos identificar os seus determinantes, pelo ângulo das políticas indutoras governamentais, principalmente da política industrial e da política agrícola.

O vigoroso processo de industrialização aqui verificado a partir do final da década de 60, foi orientado por uma política industrial instrumentalizada pelos incentivos fiscais e pelos subsídios ao capital. Como era de se esperar, os novos empreendimentos industriais foram se concentrando gradativamente na região da Grande Vitória.

Mas nem por isso a industrialização veio a constituir-se em um fenômeno exclusivamente afeto a esta região. Determinados projetos industriais por suas próprias características tiveram que ser localizados em outras regiões.

A política industrial e o planejamento econômico geral não antecipam esta conformação espacial, senão facilitam a implantação de projetos industriais que venham complementar a estrutura industrial brasileira e que pretendem processar matérias-primas locais até então inproveitadas.

Dentre todos os projetos industriais implantados com o apoio da política industrial governamental, cabe destaque àqueles processadores de matérias-primas ageopecuárias. Como exemplo destes projetos lembramos o de produção de celulose, os diversos frigoríficos e laticínios, a indústria madeireira e mais recentemente face ao condicionante energético, aqueles viabilizados pelo PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL.

Estes projetos, não obstante sejam caracteristicamente industriais, devido às suas especificidades têm influências e consequências diretas sobre o setor primário, constituindo-se nos principais determinantes de

perfil produtivo deste setor. O setor primário tem a sua evolução condicionada pela do projeto industrial e ainda sofre profundas transformações, principalmente no que tange à concentração da propriedade da terra e à ocupação de grandes áreas agricultáveis com a cultura de um único produto.

Um outro flanco da política econômica que tem importância para o Espírito Santo, é a política agrícola. Esta, instrumentalizada fundamentalmente pelo crédito subsidiado e pela garantia de preços mínimos, muito contribuiu para a prolongada estagnação do setor agrícola, especialmente do subsetor lavouras. Este setor durante vários anos apresentou um desempenho insatisfatório com taxas de crescimento do produto inferiores ao incremento populacional, o que além de significar um sério entrave à dinâmica econômica regional devido à insuficiência do abastecimento alimentar e à queda do nível de renda médio, possibilitou ainda um também vigoroso processo de transferência de população das áreas rurais para as urbanas com os seus consequentes agravantes (favelização, pressão sobre a oferta de alimentos, queda do nível de vida, etc).

A política agrícola poderia ter-se constituído em um instrumento capaz de minorar algumas das distorções do crescimento acelerado, mas na medida em que o seu marco de referência era a agricultura do país como um todo e não se levava em consideração as especificidades regionais, ela na verdade passou a ser mais um componente distorsivo. Ora, uma política em sua essência meramente financeira, que em sua vertente crédito rural, atende quase que exclusivamente os grandes produtores ficando os pequenos produtores à margem e que em sua outra vertente preços mínimos, não garante uma remuneração satisfatória aos produtores, não poderia ser um instrumento capaz de sustentar o crescimento ou expansão da produção agrícola capixaba.

A agricultura capixaba tradicionalmente produtora de poucos produtos (café, milho, mandioca, feijão e arroz) em pequenas propriedades, utilizando-se da mão-de-obra familiar, muito pouco se beneficiou da política agrícola, pois os pequenos produtores enfrentam uma série de dificuldades para terem acesso ao crédito e os preços mínimos quase sempre estiveram a baixo dos preços de mercado, quando não dos custos de produção.

Referência especial deve ser feita à política do IBC para o café, princi

pal produto agrícola da economia capixaba. Na década de 60 ela foi a grande responsável pela queda da produção, com o incentivo à erradicação dos cafezais, com originalmente destinado às velhas lavouras na verdade atingiu também as lavouras em formação. Somente no período mais recente, já na década de 70, é que observa-se uma invasão dessa política, agora incentivadora do plantio em novas bases técnicas, que vai propiciar a expansão crescente da área plantada de cafezais.

Mas apesar desta mudança significativa da política do IBC para o café, ao se considerar o período mais recente e a política agrícola em geral, em que pese as mudanças introduzidas a partir de 1979, pode-se afirmar, que poucas são as alterações que efetivamente contribuem para uma possível reversão da tendência à estagnação até então verificada, sem que se concentre em demasia a propriedade da terra e sem que continue o processo de expulsão do homem do campo.

Na verdade, os últimos dados da produção agrícola tem indicado uma retomada do crescimento, mas esta se deve a programas especiais que agravam os problemas principais acima citados, e não a uma política que incentive as culturas tradicionais da região.

Neste ponto vale lembrar o PROGRAMA DA BORRACHA que se destina a toda a faixa litorânea e que apesar de ainda ser cedo para avaliar os seus efeitos, possivelmente ele, ampliará as distorções e as transformações no campo capixaba.

Há que se ter em conta ainda as mudanças introduzidas na direção de ação do Governo Estadual no período recente. Esta ação que não distoou da política federal no passado, atualmente continua não distoando no fundamental, porém possui traços específicos que devem ser considerados.

Assim, em que pese ainda o limitado poder de intervenção do Governo Estadual, a política contida nas Diretrizes para Ação Integrada do Governo do Estado do Espírito Santo - 1979/83, que preconiza a consolidação dos grandes projetos e interiorização do desenvolvimento, poderá ocasionar transformações não desprezíveis na realidade capixaba e um esforço

de coordenação das políticas locais com as emanadas do poder central po
derã frutificar.

Mesmo havendo descompasso entre o preconizado e o efetivado o que se ve
rifica é que os diversos ōrgãos do estado procuram seguir estas diretri
zes.

O Estado em seu conjunto aparece como o criador de infra-estrutura tan
to econômico quanto social. Infra-estrutura urbana que objetiva conso
lidar os *grandes projetos* e criar condições para a implantação de novos
projetos industriais em áreas urbanas do interior. E infra-estrutura ru
ral que visa melhorar as condições de vida no campo, bem como complemen
tar e dinamizar as relações campo-cidade.

Por outro lado também os organismos financeiros estaduais indutores e
orientadores da acumulação de capital (GERES/BANDES), procuram orientar
sua ação no sentido da interiorização do desenvolvimento, incentivando
o desenvolvimento de atividades industriais e agropecuárias. Isto é fei
to através de um conjunto de programas (suinocultura, pipericultura, etc)
e linhas de financiamento destinados a determinadas atividades e produ
tos. O que aparece como novo e importante nesta ação dos organismos fi
nanceiros, é a ênfase e a importância que se atribui ao setor primário,
que mesmo tendo pequena participação relativa na composição da renda es
tadual, é um setor que emprega parcela significativa da população cap
itaba, devido às suas características estruturais.

Porém este sentido global da ação do governo estadual não garante que ha
ja uma conjugação e coordenação das ações particulares dos seus diversos
ōrgãos setoriais. Esta conjugação é apenas aparente, pois os organismos
setoriais, tem campos específicos de atuação e possuem relativo grau
de autonomia, o que associado à incipiente prática de coordenação cen
tral dão as condições objetivas da desintegração e do descompasso entre
o preconizado e o efetivado.

3. O PROBLEMA DA INTERVENÇÃO DESCOORDENADA E DO PLANEJAMENTO REGIONAL

Como foi visto no item anterior, o Estado exerce um papel fundamental na performance da economia capixaba. No que tange ao Governo Estadual, este possui instrumentos específicos de intervenção que são utilizados pelos diversos órgãos setoriais. A política estadual possui um ponto de apoio que tenta coordenar e orientar a ação governamental. Trata-se das *Diretrizes para a Ação Integrada do Governo 1979/1983*, onde constam os objetivos perseguidos pela atual administração, bem como as estratégias a serem utilizadas para o alcance daqueles objetivos. Dentre as estratégias propostas no documento, destaca-se a que se refere à *Ação Regional*, que traz em seu bojo o *Planejamento Regional*.

O Planejamento Regional, proposto pelas *Diretrizes*... visa, antes de tudo, a interiorização do desenvolvimento estadual a fim de atenuar os desequilíbrios regionais. Para isto, o Planejamento Regional deve propiciar uma maior integração dos órgãos executivos (ação econômica e ação social), como também, ampliar a *participação social* da população.

Em rápidas palavras, é este o lugar reservado ao Planejamento Regional, dentro da estrutura do poder estadual.

Cabe, entretanto, uma referência ao modo pelo qual se deslançou o processo de Planejamento Regional no Espírito Santo.

Com base num estudo de Regionalização que demarcou cinco Regiões Programadas dentro do Espírito Santo, iniciou-se a experiência de elaboração dos *Planos Regionais*, ou seja, partindo-se do conhecimento da realidade sócio-econômica de cada região, tentou-se chegar a um perfil dos problemas e das potencialidades característicos destas Regiões Programadas, o que iria culminar nas propostas de programas econômicos e sociais, a fim de dinamizar as atividades econômicas próprias de cada região.

Não se trata, aqui, de fazer uma narrativa exaustiva de todo o processo de *idas e vindas* em que esteve envolto a equipe responsável pela feitura destes Planos, nem de desconsiderar o aprimoramento alcançado nesta área específica, mas de apreender, com base numa visão crítica, os possíveis rearranjos a serem efetuados no marco referencial de suporte do Planejamento Regional.

Assim, uma primeira ressalva que se faz é ao tipo de regionalização intra-estadual, onde estas Regiões confundem-se com limites político-administrativos sem levar, especialmente, em consideração as atividades econômicas exercidas no espaço considerado. Este tratamento condiciona uma visão *fechada* de cada Região não se destacando, portanto, as várias articulações com o restante da economia capixaba.

Um outro viés fundamental da elaboração dos *Planos das Regiões* Programas refere-se a forma de utilização das informações estatísticas. Utilizou-se, quase que exclusivamente, dados censitários sem tratamento analítico dos fenômenos que estes dados poderiam sugerir. Ora, as informações estatísticas, por mais detalhadas que se apresentem não deixam transparecer a situação concreta dos fenômenos que representam, deixando-os no nível das generalidades. Além destes problemas, o planejajamento continuava a ser uma atividade independente do envolvimento da população.

No entanto, estes desvios e possíveis alternativas corretivas esboçadas sucintamente no item subsequente, não relegam os verdadeiros condicionantes do planejamento regional pretendido. Como pano de fundo, correndo em paralelo à execução do planejamento, constituindo-se na causa principal da não viabilização dos planos, estão os problemas de ordem politica e institucional. Sua forma de manifestação mais evidente é a não articulação inter ôrgãos estaduais setoriais e inter níveis de governo (federal, estadual, municipal). Desarticulação que torna permanente a separação entre os que planejam e os que executam as ações.

4. PROPOSTA GERAL DE TRABALHO PARA AS REGIÕES PROGRAMAS

4.1. OS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS - PDRI

Os Programas de Desenvolvimento Regional Integrado, cuja proposta ora apresentamos, inserem-se pois no âmbito das políticas governamentais e nascem da articulação de vários órgãos setoriais, concretizando a compatibilização de seus objetivos e ações na área de sua abrangência.

Tendo como objetivo geral, a interiorização do desenvolvimento, o PDRI tem como objetivos específicos:

- a) identificar regiões de menor dinamismo econômico e/ou as que apresentem carência de equipamentos e serviços essenciais e manutenção de suas atividades produtivas e de um nível aceitável de vida;
- b) identificar e fomentar nesta região, atividades com efetivo potencial de resposta no que tange à geração de renda, emprego, aumento da produção e produtividade;
- c) identificar as principais necessidades de infra-estrutura de apoio e de serviços, viabilizando a seleção de projetos que respondam aos estrangulamentos do processo de realização ou aprimoramento da produção e à hierarquização da rede urbana;
- d) articular organismos setoriais, que interferem na aplicação da política estadual, conjugando instrumentos e recursos, evitando a superposição de apoio a atividades e projetos assim como a pulverização ineficaz dos investimentos;

- e) identificar fontes de recursos extra-orçamentários, para o financiamento de Programas de interesse do Estado do Espírito Santo.

4.2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A definição dos pressupostos metodológicos, que nortearão a formulação propriamente dita dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, será feita a partir dos seguintes itens:

- 4.2.1. Linhas Gerais do Marco Teórico para Abordagem da Região - Programa.
- 4.2.2. Roteiro Básico das Fases de Elaboração

Cabe ressaltar que as especificidades das regiões programas poderão implicar alterações substantivas nas linhas gerais apresentadas a seguir.

4.2.1. LINHAS GERAIS DO MARCO TEÓRICO PARA ABORDAGEM DA REGIÃO-PROGRAMA

Primeiramente, entende-se a Região-Programa enquanto um espaço que possui suas especificidades quanto à produção. Tendo em vista que uma intervenção planejada a nível desta Região-Programa deve necessariamente passar pelo entendimento de sua estrutura produtiva, acredita-se que tal entendimento deve ser alcançado através de um estudo do todo regional, ou melhor, da dinâmica da produção regional, ressaltando suas características gerais referentes à estrutura fundiária, condições naturais, principais produtos, progresso técnico, mercado de trabalho, comercialização e rebatimento regional da política agrícola, estadual e federal. Mas o estudo para uma intervenção planejada na Região-Programa não se esgota aí: deve, acima de tudo, contemplar a dinâmica de cada uma de suas partes constitutivas, subespaços que guardam uma série de especificidades quanto a sua dinâmica interna. Dessa forma, a identificação das especi

ficidades existentes aparece como ponto crucial para a elaboração do plano ou programa, uma vez que subespaços economicamente diferenciados demandam intervenções também diferenciadas.

Neste sentido, a base para uma intervenção nesses moldes deve centrar-se em uma regionalização econômica que, rompendo com as amarras político-administrativas dos municípios, busque identificar subespaços homogêneos sob a ótica da organização da produção apreendendo a dinâmica interna a cada subespaço específico e suas articulações com o exterior.

A tentativa de se atingir tal objetivo vem sendo norteadada pelos seguintes eixos:

- . *Processo Produtivo* - que engloba as relações homem-natureza, estrutura fundiária, uso do solo e relações de trabalho;
- . *Processo de realização da produção* - que privilegia o estudo das cadeias de intermediação, singularidades do mercado e formas específicas de subordinação da produção a diferentes frações do capital, além dos pontos de estrangulamento enfrentadas para a realização da produção;
- . *Organização Social existente* - com ênfase colocada na distinção entre formas de organização da classe produtora e trabalhadora, aí incluindo a atuação de sindicatos, igrejas etc..., também enfatizando a atuação das cooperativas e sua estruturação interna;
- . *Intervenção do Estado* - cujo rebatimento a nível da produção, comercialização e condições de reprodução do elenco de frações de classe identificadas na região, permeia toda a análise acima explicitada.

Para a análise da região, centrada nos eixos listados anteriormente, pensou-se, inicialmente, na utilização de informações secundárias, baseadas nas estatísticas dos censos agropecuário e demográfico de 1980 do IBGE, por setor censitário, combinadas a pesquisa direta junto aos técnicos locais da EMATER¹. As informações do censo de 1980 por setor, cen

¹Estágio de trabalho a ser melhor definido no subitem relativo as principais fases de elaboração do PDRI.

sitário propiciavam a manipulação de dados recentes, com base espacial de reduzida dimensão, apresentando uma possibilidade de agregação não comprometida aos limites político-administrativos municipais. De qualquer forma, dos indicadores priorizados para a pesquisa (Estrutura Fundiária, Posse da Terra, Uso da Terra, Migrações, Relações de Trabalho e Culturas), apenas os quatro primeiros poderiam ser construídos a partir das informações secundárias, ressaltando a necessidade de trabalhar os dois últimos junto aos técnicos da EMATER, com os quais também estava previsto todo um questionamento acerca da organização da produção e sociedade locais.

A partir daí, passou-se ao mapeamento dos indicadores e a uma sistematização e análise das informações obtidas que resultou na feitura de relatórios municipais, contendo uma primeira aproximação da dinâmica da produção local, cuja análise ainda se mantinha restrita aos limites do município.

Cada indicador passa então a ser mapeado para toda a região, formando *manchas* por indicador. Sendo assim, os setores censitários que possuem as mesmas características formam uma mancha homogênea que pode ou não extrapolar os limites municipais.

A passagem das manchas por indicador para as manchas econômicas, inicialmente pensada como uma sobreposição dos indicadores através de uma determinada valoração, passa a se dar através da conjugação do indicador estrutura fundiária aparente ao indicador base, espacialização da cultura ou combinação de culturas. A noção de mancha econômica ou de produção, surge, então, quando num determinado espaço, a atividade econômica dominante conjugada com a estrutura fundiária correspondente reflete a forma geral de reprodução daquela economia.

O problema que aí se coloca é que dificilmente se encontra uma porção de espaço onde se identifica uma única cultura ou atividade econômica dominante. Normalmente essa atividade dominante aparece articulada a outras

atividades, subsidiárias, concorrentes ou associadas, articulação esta que de certa forma mantém e reproduz aquela economia.

O estudo dessas articulações e seu significado passa pela utilização dos indicadores restantes e de todas as informações obtidas junto aos técnicos da EMATER, já preliminarmente sistematizadas nos relatórios municipais. Com isso, passa-se à análise da reprodução interna a cada mancha econômica, seguindo os grandes eixos anteriormente mencionados. O elemento central dessa análise seria a noção de *complexo*.

Desse modo, a *noção* de complexo se define por uma particular articulação de culturas e relações de produção, imprimindo uma determinada dinâmica à produção de cada espaço rural específico.

Verifica-se, até o momento, a possível existência de três diferentes tipos de complexo:

- . *Complexo Unitário* - onde uma atividade simples e exclusiva é a grande responsável pela geração da renda local, sem a existência de outras atividades articuladas, subsidiárias ou não;
- . *Complexo Combinado* - que se define pela conjugação de duas ou mais atividades determinadas por:
 - *Estratégia de sobrevivência do pequeno ou micro estabelecimento*, onde a atividade articulada proporciona a subsistência da família do proprietário, ou permite a complementação de sua renda em atividades de *ciclo longo*.
 - *Estratégia de reprodução da força de trabalho*, onde a atividade articulada, de subsistência, ajuda a complementar a remuneração da força de trabalho, quase sempre do meeiro;
 - *Estratégia empresarial*, onde restrições de mercado limitam o desenvolvimento de certas atividades, levando a uma articulação com outras. É mais comum em grandes estabelecimentos, principalmente nos

que produzem café, onde as restrições pelo lado do mercado de trabalho impõem o aproveitamento de grande parte da área ocupada pelo estabelecimento na exploração da pecuária extensiva que demanda pouca mão-de-obra;

- *Condições de relevo*, onde restrições de ordem natural implicam em determinada diversificação agrícola. É o caso dos terrenos declivosos onde a cultura do café se localiza nas encostas e a pecuária, ou milho, por exemplo, nas baixadas.

. *Complexo Excludente*, onde duas ou mais culturas articuladas tendem a se excluírem, ou seja, a expansão de uma delas implica necessariamente na retração da outra. O maior exemplo para esse complexo pode ser obtido na articulação pecuária-cana.

O entendimento de cada complexo passa necessariamente pela sua análise interna e externa.

A análise de suas relações internas acompanha os seguintes eixos:

- . Caracterização da cultura e condições naturais da produção;
- . Estrutura fundiária segundo o número de estabelecimentos e área ocupada por cada estrato, com base no setor censitário;
- . Comercialização;
- . Intervenção do estado na produção e comercialização;
- . Definição do complexo.

Esta análise também engloba a identificação e estudo dos *bolsões* internos ao complexo. Entende-se por *bolsão*, a delimitação geo-econômica de alguma cultura ou de um determinado grupo de culturas combinadas e/ou emergentes que sobrevivem no interior do complexo. A importância do *bolsão* é caracterizada pela concentração da cultura ou da combinação de culturas no seu interior ou pela importância estratégica das mesmas no conjunto da produção da Região-Programa.

A análise de suas relações externas, implica na manipulação de informações censitárias de caráter mais dinâmico que permitem comparar e visualizar a situação da Região-Programa em momentos distintos, propiciando um entendimento das articulações entre os complexos que vai ser contrastado às informações obtidas em fontes primárias. Para tanto utiliza-se de estatísticas dos Censos Agropecuário e Demográfico, do IBGE, de 1960, 70 e 75, referentes a estrutura fundiária, progresso técnico, produtos dinâmicos e comportamento da população urbana e rural.

4.2.2. ROTEIRO DAS FASES DE ELABORAÇÃO DO PDRI

O que passa-se a apresentar a seguir são as principais fases concernentes a operacionalização do esboço metodológico apresentado anteriormente.

Sendo assim, tem-se:

- a) Coleta de informações, na delegacia regional do IBGE, do Censo Agropecuário, 1980. Deu-se destaque a este ponto em função do tempo necessário para cumprí-lo, na medida em que não estão formalmente divulgados os resultados do aludido Censo;
- b) Concepção e redação do *Documento Preliminar de Trabalho* com base na bibliografia já existente sobre a região-programa. O objetivo é o de se dar o primeiro bosquejo sobre os traços básicos da região, no intuito de dar o suporte básico para a viagem-pesquisa;
- c) Viagem-pesquisa a região-programa com a finalidade de complementar alguns dados e informações, não passíveis de serem obtidos mediante as fontes tradicionais, bem como auscultar os principais órgãos representativos e/ou organizativos da população: Prefeitura Municipal, Cooperativas, Sindicatos, ou os que tenham uma atuação significativa, segundo os fins últimos do PDRI, tais como a EMATER, EMESPE, DACAF/IBC, etc. Espera-se que esta *ida ao campo* possa propiciar a reavaliação e a realimentação do *Documento Preliminar de Trabalho*, além da identificação dos principais problemas emergentes da região. Segue em anexo o possível questionário a ser utilizado na entrevista com os técnicos da EMATER.

Durante o período de viagem da quase totalidade da equipe, procurar-se-ia envidar os esforços dos membros restantes para, em conjunto com a COPLAN, levantar a *matriz de investimentos* do Governo Federal e Estadual;

- d) Definição da problemática da região-programa e elaboração do PDRI - curto prazo. Está embutida nesta fase a sistematização das informações básicas coligidas *in-loco* e a reavaliação sucinta do *Documento Preliminar de Trabalho*, lastro para a preparação e triagem dos ante-projetos e/ou projetos emergentes, a serem inseridos nos subprogramas componentes do item a seguir;
- e) Aprofundamento do entendimento da Região-Programa e elaboração do PDRI - médio e longo prazos. As possíveis questões não dirimidas por ocasião da fase de trabalho D. mereceriam neste momento um tratamento especial, podendo inclusive envolver viagens a órgãos e/ou subáreas previamente selecionadas. Ou seja, ter-se-ia um *Documento Analítico da Região-Programa*, de tal sorte que permitisse a proposição de ante-projetos de médio e longo prazos - referenciados a regionalização econômica endógena aos limites políticos-administrativos da região-programa ou das regiões-programas.

4.3. OS SUBPROGRAMAS

As propostas de intervenção que compõem o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado pressupõem o desdobramento em intervenções por um lado a nível das atividades produtivas, das condições de vida, da infra-estrutura de apoio, e por outro lado a nível de núcleos urbanos e ao nível rural/regional, embora tais aspectos se interagem e complementem na totalidade. Esta totalidade enseja intervenções articuladas, integradas, que alcançarão, assim sendo, um rebatimento positivo no desempenho econômico.

Em termos preliminares, propõe-se pois, que o PDRI desdobre-se nos seguintes subprogramas:

A - SUBPROGRAMAS DE AÇÃO ECONÔMICA

- . Estímulo à diversificação agrícola - apoio à produção de insumos de natureza biológica tais como, matrizes e reprodutores, sementes e mudas, produtos agrícolas semi acabados (pintos, leitões) procurando sempre complementar a jornada anual de trabalho dos habitantes eliminando a folga das entre-safras;
- . Intervenção no processo de comercialização de produtos agrícolas;
- . Fomento à formação de Cooperativas de pequenos produtores;
- . Estímulo as oportunidades industriais identificadas nos núcleos interiores.

B - SUBPROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL

- . Educação - implantar/equipar escolas para cursos vinculados diretamente às necessidades das atividades produtivas;
- . Saúde - propiciar atendimentos às necessidades básicas de saúde e saneamento;
- . Habitação - adequar os programas habitacionais às necessidades da região.

C - SUBPROGRAMAS DE APARELHAMENTO INFRA-ESTRUTURAL RURAL

- . Apoio a consolidação/desencadeamento das atividades econômicas prioritárias:
 - . Eletrificação rural;
 - . Estradas vicinais.

D - SUBPROGRAMA DE APOIO URBANO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

- . Interiorização da administração pública estadual;

- . Implantação de equipamentos e serviços urbanos de apoio as atividades econômicas:
 - . Telefonia/comunicação;
 - . Escolas;
 - . Equipamentos de saúde etc.

5.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO

5.1. REGIÃO-PROGRAMA LINHARES

REGIÕES-PROGRAMAS COLATINA, NOVA VENÉCIA

Para o estabelecimento das propostas específicas de trabalho referentes as Regiões-Programas de Linhares, Colatina, Nova Venézia, torna-se de fundamental importância reportar-se ao Convênio de Cooperação Financeira firmado entre o GERES e o IJSN, com a interveniência do BANDES, para a elaboração de Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados (PDRI's).

Iniciando-se pela cláusula segunda - DO PRAZO -, o citado Convênio estipula o tempo de 12 (doze) meses para a elaboração do PDRI da região-programa de Cachoeiro de Itapemirim e o de outra região-programa, a ser eleita em comum acordo pelas partes convenientes, a partir da data de assinatura de tal Convênio, aqui considerada como o mês de julho de 1981. Entretanto, o rearranjo do IJSN em função das alterações ocorridas no Sistema Estadual de Planejamento, com a regulamentação da Coordenação Estadual do Planejamento, e a complementação da equipe de trabalho, levaram a que a 1ª parcela de liberação dos recursos - prevista para imediatamente após a assinatura deste Convênio - só se concretizasse no mês de setembro de 1981.

Além disto, há que se incorporar os percalços passados pela equipe, frente aos desafios da formulação e aprimoramento dos pressupostos metodológicos e do roteiro de trabalho, expostos no Termo de Referência - Anexo I do referido Convênio, e também a viagem-pesquisa piloto a Região-Programa V, pelas arestas surgidas por ocasião da sistematização e discussão dos dados coligidos. Em particular, a tentativa de adequação das diversas fontes de informações precipitou inúmeros problemas, cuja solução demandou paradas frequentes no estágio de interação dos dados da viagem com os oficiais (Censos, etc).

Quanto ao aprimoramento dos pressupostos metodológicos, pode-se citar a noção de *complexo* (detalhada no subitem 4.1.1.), conceito este fruto das *paradas* citadas anteriormente.

Se de um lado a equipe conseguiu, fruto deste processo, reforçar e forjar um fio condutor para o planejamento regional, a contrapartida, ou seja o outro lado, necessário para tanto pode ser sintetizada, dentre outros aspectos, numa ampliação do tempo previsto para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região-Programa V. Embora o Convênio GERES/IJSN não especificasse um limite temporal específico para a entrega de cada um dos dois PDRI's, o IJSN subdividiu o prazo - 12 meses - da seguinte forma:

- a) 08 (oito) meses para elaboração da metodologia e do PDRI/Região-Programa V;
- b) 04 (quatro) meses para elaboração do PDRI/Região-Programa a ser definida, conforme Convênio.

Mas ao tomarmos o tempo efetivamente dispendido para desenvolver a tarefa constante da letra - a -, constata-se que a previsão foi ultrapassada em dois meses, tendo em vista que o PDRI - Região-Programa V será entregue no mês de junho.

No decorrer dos 08 (oito) meses, foram gastos Cr\$ 20.409.690,00, discriminados no quadro a seguir, em parte devido ao índice inflacionário do período considerado e dos reajustes salariais, não previstos por ocasião do Termo de Referência anterior.

QUADRO I

DESPESAS PDRI - REGIÃO-PROGRAMA V (SET/81 - JUN/82)

DISCRIMINAÇÃO	(Cr\$ 1,00)		
	VALOR TOTAL ATÉ ABR/82	VALOR MAI-JUN/82	TOTAL
PESSOAL	15.046.722	4.230.216	19.276.938
. CLT	6.444.962	1.749.010	8.193.972
. Prestação de Serviços	7.739.169	2.234.216	9.973.385
. Estagiários	862.591	246.990	1.109.581
GASTOS COM VIAGEM	463.334	80.000*	543.334
OUTROS CUSTOS	589.418	-	589.418
. Material de Consumo	220.000	-	220.000
. Xerox	289.418	-	289.418
. Heliográficas	80.000	-	80.000
TOTAL	16.099.474	4.310.216	20.409.690

*Valores estimados.

Pode-se notar que tais gastos, s̄o para o PDRI da Regīo-Programa V, ui trapassaram em Cr\$ 4.470.800,00 o montante geral estipulado pelo Conv̄nio GERES/IJSN.

Antes de enveredarmos no detalhamento da sobrecarga financeira decorrente da defasagem temporal no cronograma f̄isico, h̄a que se colocar, fruto do saldo qualitativo apropriado pela equipe para e durante a elaboraço do 1º PDRI, uma proposta que v̄a al̄em da sugest̄o da Regīo-Programa para o pr̄oximo PDRI - Linhares -, em funç̄o das transformaç̄es que vem passando pela implantaç̄o do PROALCOOL e de Projetos de Reflorestamento. Se a proposta continuasse restrita a esta Regīo, caso seja escolhida em comum acordo, o montante geral seria suplantado em Cr\$ 15.841.005,00 conforme quadro a seguir, dentro do prazo previsto de 12 meses.

QUADRO II

QUADRO DE USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE LINHARES

(Cr\$ 1,00)	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR - JUL/82 - Set/82
PESSOAL	10.786.231
. CLT	4.266.221
. Prestação de Serviços	5.871.659
. Estagiários	648.351
GASTOS COM VIAGEM	193.974
OUTROS CUSTOS	390.000
. Material de Consumo	120.000
. Xerox	170.000
. Heliográficas	100.000
TOTAL	11.370.205

Esta atualização dos custos do PDRI da *região a ser eleita em comum acordo* levam a *correção* proposta, sintetizada no quadro a seguir, de alteração do quadro de fontes e do cronograma de desembolso, em função dos gastos já efetuados pelo IJSN por ocasião da feitura do da Região-Programa V.

QUADRO III

QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 2 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

FONTE	NA ASSINATURA DO CONVÊNIO - SET/81	NA ENTREGA DO 1º PDRI JUN/82	NA ENTREGA DO 2º PDRI SET/82	TOTAL	%
GERES	3.500.000 ¹	12.500.000 ²	9.000.000 ²	25.000,000	80
IJSN	1.479.630	2.930.060	2.370.205	6.779.895	20
TOTAL	4.979.630	15.430.060	11.370.205	31.779.895	100

¹Parcela liberada em Set/81.

²Parcela corrigida segundo previsão do IGP - Índice Geral de Preços.

Porém, o raio de alcance da proposta que ora procura-se apresentar, pretende circunscrever, além da sugestão da Região-Programa de Linhares, duas outras - Colatina e Nova Venécia -, para os quais seriam elaborados PDRI's sem maiores ônus financeiros, devido a simultaneidade possível das respectivas fases de elaboração, demonstrada no cronograma físico a seguir.

CRONOGRAMA FÍSICO

DISCRIMINAÇÃO	ANO MÊS	1982							
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1. Coleta e Sistematização de Informações Secundárias		-----	-----	-----					
2. Elaboração de <i>Documento Preliminar de Trabalho</i> e Preparação de Viagem			-----	-----	-----				
3. Viagem - Pesquisa				-----	-----				
4. 4.1. Sistematização das Informações Obtidas na <i>Viagem</i> e Reavaliação Sucinta do <i>Documento Preliminar de Trabalho</i>					-----	-----			
4.2. Preparação de Plano de Curto Prazo e Triagem dos Projetos						-----	-----		
5. Elaboração de <i>Documento Analítico da Região-Programa</i> e Proposição de um Programa de Médio e Longo Prazos								-----	-----

LEGENDA:

- Linhares
- Colatina e Nova Venécia

Entrega do PDRI - Curto Prazo de Linhares

Entrega do PDRI - Curto Prazo de Colatina e Nova Venécia

Entrega dos PDRI's de Médio e Longo Prazos - Linhares, Colatina e N. Venécia

O PDRI - Região Linhares, mantendo o prazo previsto, seria entregue no mês de setembro. Contudo, com a equipe disponível (ver quadro em anexo) e o seu *Know-How* poder-se-ia desenvolver, concomitantemente ao PDRI já previsto no Convênio - *economia de planejamento* - tendo como esteio os pressupostos metodológicos firmados no item 4, os das Regiões de Colatina e Nova Venécia pelas similitudes de sua formação econômico-social, as sim subdivididos:

- a) PDRI's - curto prazo - de Colatina e Nova Venécia no mês de outubro;
- b) PDRI's - médio e longo prazo - de Linhares, Colatina e Nova Venécia no mês de dezembro.

Em resumo, dilatados em três meses o prazo previsto para o de Linhares, seriam feitos dois outros PDRI's - Colatina e Nova Venécia. Certamente estas alterações propostas, no caso de serem aceitas, levarão a uma re formulação do Convênio GERES/IJSN, e para subsidiá-la apresentamos os quadros a seguir, que retratam o cronograma financeiro e a especificação de usos e fontes. É bom frisar que levou-se em conta o esquema e as condições de liberação de recursos constantes da Cláusula Quinta do referido Convênio, porém adequando os valores a possíveis fontes alternati vas para captá-los, o que requer um tempo para a sua efetiva viabiliza ção.

QUADRO DE USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

(SET/81 A DEZ/82)

(Cr\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR SET/81-JUN/82	VALOR JUL/82-OUT/82	VALOR NOV/82-DEZ/82	TOTAL
PESSOAL	<u>19.276.939</u>	<u>13.814.974*</u>	<u>7.077.487</u>	<u>40.169.400</u>
. CLT	8.193.972	5.688.294	2.844.147	16.726.413
. Prestação de Serviços	9.973.386	7.262.212**	3.801.106**	21.036.704
. Estagiários	1.109.581	864.468	432.234	2.406.283
CUSTOS C/VIAGEM	<u>543.334</u>	<u>589.410</u>	<u>150.000</u>	<u>1.282.744</u>
OUTROS GASTOS	<u>589.417</u>	<u>460.000</u>	<u>390.000</u>	<u>1.439.417</u>
. Material de consumo	220.000	150.000	100.000	470.000
. Xerox	289.417	190.000	160.000	639.417
. Heliográficas	80.000	120.000	130.000	330.000
TOTAL	20.409.690	14.864.384	7.617.487	42.891.561

*Com reajuste de 50% em relação ao salário de jun/82.

**Incluindo 2 consultores.

QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

FONTE	NA ASSINATURA DO CONTRATO SET/81	NA ENTREGA DO 1º PDRI JUN/82	NA ENTREGA DO 2º, 3º e 4º PDRI OUT/82	NA ENTREGA DO DOCUMENTO FINAL DOS 3 ÚLTIMOS PDRI's DEZ/82	TOTAL	%
GERES	3.500.00*1	8.500.000	4.000.000	1.000.000	14.000.00	33
Recursos a Captar	-	-	15.000.000	5.000.000	20.000.00	46
IJSN	1.479.630	2.930.060	2.864.384	1.617.487	8.891.561	21
TOTAL	4.979.630	8.430.060	21.864.384	7.617.487	42891.561	100

*1Parcela liberada e, Set/81.

Traduzindo em termos de custos, a elaboração de dois PDRI's - Colatina e Nova Venécia -, não integrantes do Convênio GERES/IJSN, adicionam de Cr\$ 11.111.666,00 (Onze milhões, cento e onze mil, seiscentos e sessenta seis cruzeiros), o valor necessário sô para o de Linhares!

ANEXO

EQUIPE TÉCNICA

TÉCNICO	ESPECIALIZAÇÃO	REGIME
1. Orlando Caliman	Economista	Parcial ✓
2. Angela Maria Morandi	Economista	Integral
3. Roberto Garcia Simões	Engenheiro-Urbanis_ ta	Integral
4. Pedro José Mansur	Economista	Integral
5. José Saade	Geógrafo	Integral
6. Sônia Maria Dalcomuni	Economista	Integral
7. Carlos Teixeira	Engenheiro-Urbanista	Integral
8. Bastiaan Ph. Reydon	Economista	Integral
9. Renato Gama	Economista	Integral
10. Marcelo C. Santiago	Economista	Integral
11. Isabel dos Santos	Agrônoma	Integral
12. Yara Paiva	Desenhista	Integral
13. Antonio Celso Rodrigues	Demógrafo-R. Admi_ nistrativo	Parcial
14. Augusto Fraga Gobbi	Acadêmico	Integral
15. Zelmar	Acadêmico	Integral
16. Luiz Carlos A. Lima	Acadêmico	Integral
17. Heloisa Lima Herkenhoff	Acadêmico	Integral
18. Rosemay Bebbler Grigato	Acadêmico	Integral
19. Tânia Crivilin	Acadêmico	Integral
20. Estagiário	Acadêmico	Integral
21. Estagiário	Acadêmico	Integral

5.2. REGIÃO-PROGRAMA AGLOMERAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA

A Estrutura Produtiva do Estado do Espírito Santo e suas Principais Tendências para os anos 80. (Título Provisório)

Programas Estaduais de Desenvolvimento Integrado (PEDI)

Compondo e aparentemente finalizando a elaboração da 1ª Série de Programas de Desenvolvimento Regional Integrado, a Região-Programa I - face a sua especificidade de abarcar a Aglomeração Urbana da Grande Vitória - requisitará um tratamento analítico permeado dos pressupostos metodológicos já expostos, mas ao mesmo tempo diferenciado pelas características e diversidades do seu perfil produtivo, e conseqüentemente dos desdobramentos daí advindos.

Com isto, o tempo médio, utilizado para a feitura do PDRI - Região-Programa I excede em um mês o das demais (exceto a Região-Programa V), mesmo considerando que toda a equipe concentrará esforços para desvendar as vicissitudes pelas quais passou e vem passando nos dias atuais.

Por conter o núcleo polarizador estadual, e levando-se em conta o conjunto dos trabalhos que já terão sido desenvolvidos para os demais subespaços, a Região-Programa I propicia os passos iniciais para a apreensão da dinâmica que perpassa as articulações endógenas e exógenas das regiões estudadas, ou seja a divisão de trabalho inter e intra regional.

O detalhamento desta dinâmica ensejará a possibilidade, se considerada organicamente com as indicações primeiras apontadas para cada região-programa em particular, de caminharmos em direção a uma visão globalizante da estrutura produtiva no Estado do Espírito Santo, e as tendências que se afiguram para os anos 80. De posse desta visão, poder-se-ia elaborar *Programas Estaduais de Desenvolvimento Integrado*. Estes Programas teriam como base espacial a regionalização econômica do Estado do Espírito Santo, um dos sub-produtos do documento *A Estrutura Produtiva do Estado do Espírito Santo e suas Principais Tendências para os Anos 80*, que embasaria a especificação dos citados Programas.

Ainda que esteja em etapa embrionária a sua concepção, inclusive pelo caráter pioneiro e inovador como instrumento de administração pública estadual, apresenta-se a seguir o cronograma físico, o cronograma financeiro e o quadro de uso e fontes pertinentes as duas propostas específicas de trabalho para o ano de 1983.

QUADRO DE CUSTO - PDRI DA REGIÃO - PROGRAMA I E PROGRAMAS ESTADUAIS DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

DISCRIMINAÇÃO	1983		(Cr\$ 1.00)
	VALOR (PDRI I) JAN. A JUN. DE 83	PROGRAMAS ESTADUAIS DESENVOL. INTEGRADO JUL. A DEZ. DE 83	TOTAL
Pessoal	37.893,364*	37.898.364 *	75.796.728
. CLT	15.998.327	15.998.327	31.996.654
. Prestação de servi ços	19.468.721	19.468.721	39.937.442
. Estagiários	2.431.316	2.431.316	4.862.632
Gastos com Viagens	250,000	350.000	600.000
Outros Custos	1.200.000	1.800.000	3.000.000
. Material de consu mo	450.000	700.000	1.150.000
. Xerox	580.000	850.000	1.430.000
. Heliográficas	170.000	250.000	420.000
TOTAL	39.348.364	40.048.364	79.396.728

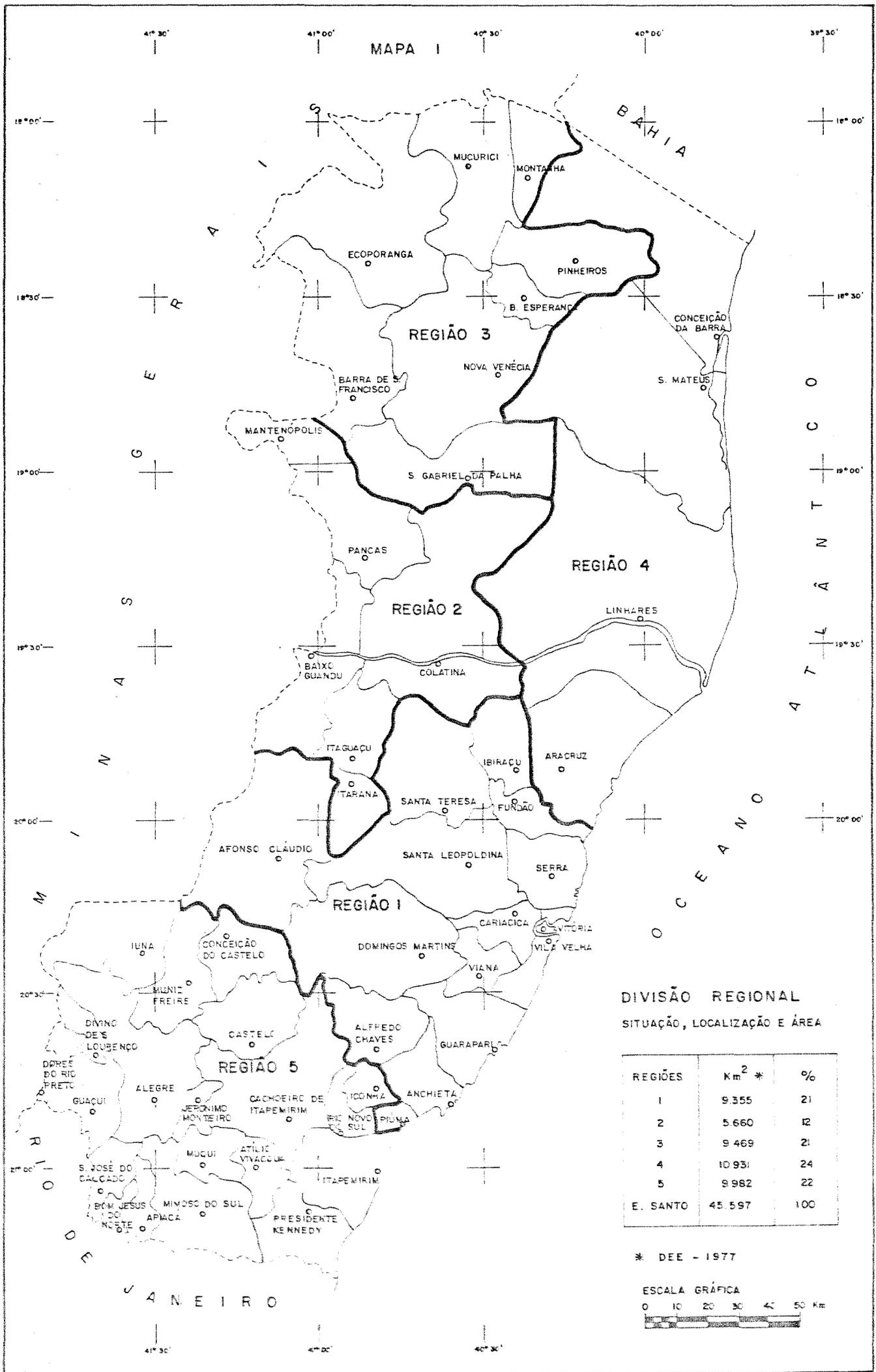
*Considerou-se um reajuste de 50% em janeiro, e outro de 50% em julho de 1983.

QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DO PDRI PARA A REGIÃO-PROGRAMA I E PARA O PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PEDI)

FORTE	NA ASSINATURA DO CONTRATO JAN/83	NA ENTREGA DO PDRI NA REGI ÃO I - JUL/83	NA ENTREGA DO PEDI DEZ/83	TOTAL	%
GERES E OU TRAS FONTES	21.000.000	21.000.000	21.000.000	63.000.000	80%
IJSN	5.465.576	5.465.576	5.465.576	16.396.728	20%
TOTAL	26.465.576	26.465.576	26.465.576	79.396.728	100

Sem sombra de dúvida, o estudo e os programas de desenvolvimento, a nível estadual, oxigenariam o processo de planejamento regional, de tal sorte que a reavaliação da primeira série dos PDRI's passaria a fomentar a segunda série...





DIVISÃO REGIONAL
SITUAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ÁREA

REGIÕES	Km ² *	%
1	9.355	21
2	5.660	12
3	9.469	21
4	10.931	24
5	9.982	22
E. SANTO	45.597	100

* DEE - 1977



PDRI - VISITA A EMATER

(MUNICÍPIOS DA REGIÃO PROGRAMA DE CACHOEIRO)

. FALA INICIAL

1. OBJETIVOS DO TRABALHO

- Elaboração de Programas de Desenvolvimento Regional Integrado
- Diagnóstico e Orientação para Política Agrícola, com especial atenção ao GERES

2. OBJETIVOS DA VISITA:

- Completar, via EMATER, outros levantamentos.

3. ROTEIRO DA VISITA

- I) Mapeamento das culturas
- II) Intervalo para exame do mapa
- III) Questionário sobre a Produção
- IV) Questionário sobre a comercialização
- V) Questionário sobre as Condições Sociais
- VI) Avaliação Final (e agradecimento)

I. MAPEAMENTO

1. Tomar conhecimento do que foi feito:
 - . Conhecer e discutir os critérios de mapeamento utilizados.
 - . Discurso geral sobre a produção agropecuária municipal.
2. Remapeamento (Mapa Colorido. Carta do Brasil)
 - . Reconhecimento do espaço (estradas, núcleos, etc)
 - . Delimitar comunidades (linha contínua a lápis)
 - . Elaborar lista das comunidades (dar um nº para cada uma)
 - . Marcar cultura (linhas tracejadas):
 - . Principais (geram mais valor) (P)
 - . Secundárias (S)
 - . Embrionárias (E) Potenciais (PT)
 - . Lista de culturas incentivadas pelo GERES (verificar se estas cul_turas existem e marcar no mapa).

II. VISÃO GERAL DO MAPA

1. Exame do mapa
2. Listar as culturas marcadas para uso posterior no questionário
3. Ver mapas de Uso da Terra, por setores censitários (para conferir).

III. A PRODUÇÃO

III.1. AS CULTURAS (Quadros 1 e 2)

QUADRO 1

LOCALIZAÇÃO DAS CULTURAS

CULTURAS	Nº DAS COMUNIDADES	TIPO DE TERRENO ¹	ROTAÇÃO E/OU COM SORCIAÇÃO (ROU C

¹ Baixadas, encosta, alagados, no seco, etc.

1.2. QUADRO 2

CALENDRÁRIO AGRÍCOLA

P/MES

CULTURAS	Nº DE COMUNIDADES	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SEMEADURA	TRANSPLANTE	TRATOS CULTURAIS	COLHEITA

ANEXO AO QUADRO 3

Colocar nas colunas referente a *Condição do Produtor e Relações de Trabalho*, o número correspondente conforme lista abaixo:

CONDIÇÃO DO PRODUTOR

- (1) Proprietário individual
- (2) Cooperativa
- (3) Parceiro
- (4) Arrendatário
- (5) Ocupante

RELAÇÕES DE TRABALHO

- (1) Mão-de-obra familiar
- (2) Parceria
- (3) Assalariados permanentes
- (4) Assalariados temporários
- (5) Caso específico (mencionar em rodapé)

2.3. CONDIÇÕES DO PRODUTOR (POR CULTURA)

1) Cooperativa (no caso de existir)

Nome

2) Arrendamento (usar Tabela Estatística)

- Tempo e duração do contrato de arrendamento
- Porque esta cultura é feita através do arrendamento?

3) Parceria (usar Tabela Estatística)

- Norma local que preside o contrato entre ambos
- Porque se prefere a parceria da terra ao arrendamento da terra?

4) Ocupante (usar Tabela Estatística)

- Hã conflitos por causa de ocupação?
- Porque o caráter amistoso da ocupação?
- Hã problemas de legalização da terra?

4. RELAÇÕES DE TRABALHO

4.1. Segundo o ciclo biológico de cada cultura principal, em que fase o corre algum problema relativo a falta de mão-de-obra (referenciar o espaço físico).

4.2. Segundo cada cultura principal há alguma estratégia local dos proprietários em procurar reter a mão-de-obra nas fazendas ou imediações? (Referenciar o espaço físico)

4.3. Casos relevantes de trabalhador volante (origem/destino).

5. MÃO-DE-OBRA FAMILIAR (CAMPONESES, PEQUENO PRODUTOR)

- A mão-de-obra familiar, assalaria-se em alguma parte do ano agrícola?
Adonde?
- Quais as principais fontes alternativas de renda de que se vale esta
mão-de-obra? (estratêgia de sobrevivência)
- Como atua o agente da EMATER no programa "Juventude Rural"?

1.1.3. CONDIÇÕES TÉCNICAS DA PRODUÇÃO

3.1. QUADRO 4

CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

MUNICÍPIO DE:

CULTURA	Nº DA COMUNIDADE	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SEMEADURA		TRATOS CULTURAIS				COLHEITA
				TIPO	MEC.	CAPINA	PRAGAS	IRRIGAÇÃO	ADUBAÇÃO	

Queimada: É frequente? Sim ou não? Em quais comunidades?

Preparo da terra: É mecanizado? Sim ou não? Em quais comunidades?

Semeadura: Sementes selecionadas? Sim ou não? Onde? Mecanizada? Sim ou não? Onde?

Tratos culturais: Capina: Usa-se meio mecânico ou herbicida? Onde? Praga: Usa-se gesticida frequente ou não? Irrigação: É frequente? Que tipo? Onde? Adubação: Qual?

Colheita: Mecânica ou manual? Onde?

III. 4-CONDIÇÕES GERAIS DA PRODUÇÃO (NATURAIS E CRIADAS)

- 4.1. Período anual de chuva e de estio (regionalizar) (Ver Mapa).
- 4.2. Quando ocorre *seca*, onde, que culturas, que estrago?
- 4.3. Quando ocorre *inundação*, onde, que culturas, que estrago?
- 4.4. Erosão do solo: panorama geral e áreas críticas.
- 4.5. Fertilidade natural do solo: breve fala p/cultura e p/comunidade
- 4.6. Localização errada de culturas em relação a relevo e solo

(ACESSÓRIOS)

- 4.7. Panorama geral: estradas, energia e telefonia.
- 4.8. Potencial de energia nas comunidades.

III. 5-POPULAÇÃO

5.1. Checar o mapa do indicador

5.2. Checar tabela do indicador

5.3. Perguntas:

a) Trabalho e Diversão (noção geral)

b) Casamento e Filhos (variação)

c) Quem imigra mais: peqs. produtores ou jovens?

5.4. Conferir a lista de distritos, vilas e povoados.

a) (Crescimento, estagnação, decadência)

III. 6-INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO

6.1. FINANCIAMENTO

6.1.1. Quadro 5 (em sequência. Preencher *antes* das perguntas)

6.1.2. Perguntas.

- a) Que projetos a EMATER faz p/liberação de financiamento?
- b) Como o zoneamento impede concessões de crédito?
- c) *Crítica*: onde há excesso e falta de crédito?
- d) Avaliação de *entraves burocráticos* a concessão de crédito?
- e) Os pequenos proprietários tem acesso a crédito? Como?
- f) E os arrendatários e parceiros? Como?
- g) E a garantia ao crédito?
- h) Como anda o endividamento dos pequenos proprietários?
- i) Alguns já perderam terra por causa disto?

6.2. ORIENTAÇÃO (GRAVAR)

- Breve fala da EMATER:

MUNICÍPIO DE:

QUADRO 5. DISPONIBILIDADE DE FINANCIAMENTO PARA A PRODUÇÃO (E COMERCIALIZAÇÃO) POR CULTURA, A NÍVEL DE ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO:

a) em relação a fontes de financiamento;

b) em relação a linhas de financiamento

CULTURAS	FONTES DO CRÉDITO AGRÍCOLA		LINHAS DE FINANCIAMENTO CRÉDITO AGRÍCOLA				
	FORMAL (BANCOS)	INFORMAL (INTERMEDIÁ- RIOS/INDÚSTRIA)	POL. CRÉDITO AGRÍCOLA			POL. PREÇOS MÍNIMOS	
			INVESTIMENTO	CUSTEIO	COMERC.	E G F (Empréstimos do Governo Federal)	A G F (Aquisição do Governo Federal)

IV - COMERCIALIZAÇÃO: A REALIZAÇÃO DO VALOR

IV.1 - Por produto (por comunidade): Como se faz a *VENDA*?

- Roteiro: - quem compra
- a cadeia de revenda (comerciante/indústria etc.)
 - critérios para entrega (ê compadre, ê influente etc.)
 - regionalização (polarização) da compra
 - existe indústria que financia/compra a produção?

IV.2 - Por produto: Principais problemas para a venda.

- Roteiro: - referente a oscilações de preço
- referente a transporte
 - referente a armazenagem

Acessório: Porque tais armazéns estão ociosos? (ligar com Pol. Preços Mín.)

IV.3 - Por produto: Financiamento da comercialização.

- Roteiro: - influência da Política de Preços Mínimos
- outros créditos, ao produtor, p/comercialização
 - concentração de crédito p/comercialização por intermediários

V - SITUAÇÃO SOCIAL

V.1 - SINDICATOS

- a) Quais
- b) Principal atuação (principalmente assistência e reivindicações)
- c) Como se compõe

V.2 - COOPERATIVAS

- a) Quais
- b) Principal atuação (assistência/reivindicações)
- c) Como se compõe
- d) Quem controla?
- e) Como se distribuem os resultados

V.3 - PAPEL DAS IGREJAS (gravar)

V.4 - OUTRAS LIDERANÇAS (pessoas ou entidades - gravar)

V.5 - ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS LOCAIS (tipo cabos eleitorais) QUE AFETA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO (gravar ou anotar)

V.6 - RECLAMOS SOCIAIS

- Referentes a:
- contratos de trabalho
 - indenizações
 - FGTS/INPS, outros
 - legislação trabalhista em geral

V.6.1 - No caso do Parceiro.

V.6.2 - No caso do Trabalhador Assalariado.

